



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000305792

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1005215-51.2024.8.26.0566, da Comarca de São Carlos, em que é apelante SYLVIA LUZIA COSTA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores AFONSO CELSO DA SILVA (Presidente) E JOSÉ WAGNER DE OLIVEIRA MELATTO PEIXOTO.

São Paulo, 28 de março de 2025.

ANA CATARINA STRAUCH

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1005215-51.2024.8.26.0566

Apelante: SYLVIA LUZIA COSTA

Apelada: ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
FINANCEIROS

Juiz de Direito: Dr. Jorge Panserini

Origem: Foro de São Carlos - 5ª Vara Cível

VOTO nº 28768

APELAÇÃO - PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS
- Contrato bancário - Sentença de improcedência -
Insurgência recursal da autora - Prazo prescricional decenal
(art. 205, do Código Civil) - Demanda ajuizada mais de
doze anos após o vencimento da dívida - Ausência de
obrigação de guarda e exibição de instrumento contratual
por prazo superior ao lapso prescricional - Inaplicabilidade
da teoria da actio nata à hipótese - Precedentes - Sentença
mantida - RECURSO DESPROVIDO.

Vistos.

O Douto Magistrado *a quo*, ao proferir a r.
sentença de fls. 157/158, cujo relatório adoto, julgou a ação de
“PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS”, ajuizada por SYLVIA LUZIA
COSTA em face de ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS
FINANCEIROS, nos seguintes termos:

*“Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a
ação, nos termos do artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sem condenação em verbas sucumbenciais, face ao caráter não
contencioso da medida.”*

Insurgência recursal da autora (fls.

161/165). Alega inoccorrência de prescrição, pois tomou ciência da abusividade dos juros aplicados no contrato somente na data do ajuizamento, suscitando o princípio da *actio nata*, com base no art. 189, do Código Civil. Pugna pelo provimento, para que seja determinado o prosseguimento da ação.

Contrarrazões às fls. 172/174.

Subiram os autos para julgamento.

É o relatório.

Exercido o juízo de admissibilidade, em cumprimento ao disposto no art. 1.010, § 3º, do CPC, consigno que o presente recurso é tempestivo, dispensada a parte autora do recolhimento de preparo, pois beneficiária da gratuidade da justiça (fls. 39/40).

Destaco, ademais, que esta Decisão Colegiada se limita a apreciar a matéria efetivamente impugnada, em conformidade com o teor do art. 1.013, *caput*, do CPC.

Trata-se de ação de “PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS”, ajuizada por SYLVIA LUZIA COSTA em face de ATIVOS S.A. SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS.

Narra a autora que estava sendo cobrada de

maneira excessiva pela ré, por meio de contatos telefônicos, mensagens de texto e plataformas de cobrança; que, através de *sites* e plataformas de recuperação de crédito, tomou ciência da existência de um débito com valor original de R\$ 968,87, datado de 01/08/2011 (contrato nº 5067003, fls. 30), sem conseguir obter informações da dívida junto à ré. Requer a intimação da requerida, para que apresente todos os documentos referentes ao débito.

Intimada a apresentar a documentação requerida, bate-se a ré, preliminarmente, pela ausência de interesse de agir e, no mérito, pela improcedência do pedido, sem a juntada do contrato pretendido.

Ofertada réplica.

Oficiado o banco cedente do crédito (BANCO DO BRASIL) para que fornecesse a documentação pretendida (fls. 126), não houve reposta.

Em seguida, sobreveio a sentença de improcedência ora combatida.

Pois bem.

A presente ação foi ajuizada em 02/05/2024, com pretensão de exibição de contrato com anotação de dívida vencida em 01/08/2011 (fls. 30), de modo a concluir que

a demanda foi proposta 12 anos e 09 meses após o vencimento da dívida.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, cabe às instituições financeiras o dever de guarda de instrumentos contratuais pelo prazo prescricional para ajuizamento de eventual ação:

*“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. REPRESENTANTE COMERCIAL . AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E SÚMULA 283 DO STF. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO E IDÔNEO. NECESSIDADE. EXCEÇÃO . DOCUMENTO COMUM ÀS PARTES. SÚMULA 83/STJ. ANÁLISE DA NECESSIDADE DO DOCUMENTO. SÚMULA 7/STJ . FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SUFICIÊNCIA. SÚMULA 283/STF. (...).3. **É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que "não se admite a recusa de exibição de documento comum às partes, notadamente quando a instituição recorrente tem a obrigação de mantê-lo enquanto não prescrita eventual ação sobre ele"** (AgRg no Ag 1.094.156/GO, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Quarta Turma, julgado em 7/5/2009, DJe de 18/5/2009). (...).” (STJ - AgInt no AREsp: 664747 RS 2015/0035704-3, Relator.: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 24/06/2024, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/06/2024) (g.n.)*

Verificado que o prazo prescricional decenal

disposto no art. 205, do Código Civil, já havia se escoado quando do envio da notificação extrajudicial à requerida (fls. 31/37), não há se falar em obrigação de exibição do contrato pela requerida.

Na mesma direção, recentes julgados desta Corte:

*“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS CONTRATUAIS. PRESCRIÇÃO DECENAL. PUNIÇÃO POR LITIGÂNCIA PREDATÓRIA. Não acolhimento em CARÁTER EXCEPCIONAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. Apelação interposta contra sentença pela qual se julgou improcedente pedido em ação de produção antecipada de provas. A autora requereu que a ré exibisse cópia de contrato e documentos relativos a débito contestado, visando utilizá-los para eventual futura ação. O pedido foi negado com base no entendimento de que o prazo prescricional para a guarda do documento, previsto no art. 205 do Código Civil já havia sido superado. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se é aplicável a prescrição decenal para a guarda do documento solicitado pela autora; e (ii) verificar a alegação de litigância de má-fé suscitada pela ré, sob o argumento de que o patrono da autora estaria ajuizando ações semelhantes em diversas comarcas para obter honorários advocatícios. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. **O prazo decenal para prescrição de pretensões fundadas em responsabilidade civil contratual aplica-se***

também à guarda de documentos necessários para eventual futura demanda indenizatória ou cominatória, conforme art. 205 do Código Civil e jurisprudência consolidada do STJ. 4. Considera-se descabida a invocação da teoria da actio in nata (o prazo da prescrição só começa a fluir da ciência d violação do direito pelo titular), uma vez que o contrato em questão data de 24/11/2010, ultrapassando o prazo de dez anos para sua guarda. 5. Não se identifica evidência suficiente para caracterizar a prática de litigância predatória ou má-fé no caso, pois foram apresentados documentos como procuração e declaração de hipossuficiência financeira, afastando a hipótese de uso abusivo do Poder Judiciário. 6. Comunicado CG nº 02/2017 e Comunicado CG nº 424/2024 alertam sobre a litigância predatória em ações de exibição de documentos, mas, no caso específico, não se configuram os elementos necessários para essa tipificação, considerado o fundamento da decisão pelo não acolhimento d tese de actio in nata.. IV. DISPOSITIVO E TESE 7. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. O prazo prescricional para a guarda de documentos, em caso de pretensão fundada em responsabilidade civil contratual, é de dez anos, nos termos do art. 205 do Código Civil. 2. A produção antecipada de provas mediante exibição de documentos visa preservar o direito à prova, mas não dispensa a parte de observar os prazos prescricionais pertinentes à guarda desses documentos. 3. Não se configura litigância de má-fé ou predatória pela simples propositura de ação de exibição de documentos, desde que

atendidos os requisitos processuais mínimos.

_____ Dispositivos relevantes citados: Código Civil, art. 189; art. 205; Código de Processo Civil, arts. 381, 382, 396-400. Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no Ag 1094156 / GO, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 4ª Turma, j. 07/05/2009, DJe 18/05/2009. STJ, AgInt no AREsp 2025005 / SP, Rel. Minª Nancy Andrichi, 3ª Turma, j. 05/09/2022, DJe 08/09/2022. STJ, AgInt no REsp 1801004/SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª Turma, j. 09/12/2019, DJe 12/12/2019. STJ, EREsp 1281594 / SP, Rel. p/ acórdão Min. Felix Fischer, Corte Especial, j. 15/05/2019, DJe 23/05/2019.” (TJSP; Apelação Cível 1000778-18.2024.8.26.0549; Relator (a): Adilson de Araujo; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Rosa de Viterbo - Vara Única; Data do Julgamento: 14/11/2024; Data de Registro: 14/11/2024) (g.n.)

*“APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO- PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA- PRESCRIÇÃO- PRAZO DECENAL - Requerimento extrajudicial- Contrato celebrado em 2002, com extinção no mesmo ano- Notificação encaminhada apenas em 2023- Decurso do prazo decenal- Regra de transição do artigo 2.028 c.c. artigo 205, ambos do atual Código Civil- **Deveres de guarda e exibição de documento que perduram enquanto cabível a discussão das obrigações nele contidas:** - Considerando que o requerimento extrajudicial e a propositura da ação ocorreram após o decurso do prazo decenal, previsto pelo artigo 205 do Código Civil, diante da incidência da regra de transição do artigo 2.028 do mesmo diploma, deve ser*

*reconhecida a legitimidade da recusa da instituição financeira, pois **os deveres de guarda e exibição de documento perduram enquanto cabível a discussão das obrigações nele contidas.** RECURSO NÃO PROVIDO.” (TJSP; Apelação Cível 1008520-10.2023.8.26.0071; Relator (a): Nelson Jorge Júnior; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Privado; Foro de Bauru - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/03/2024; Data de Registro: 12/03/2024) (g.n.)*

*“DIREITO CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. PROCEDÊNCIA. EMPRÉSTIMO PESSOAL CONTRATADO HÁ MAIS DE 10 ANOS. DEVER DE GUARDA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE PERDURA PELO PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA O AJUIZAMENTO DE EVENTUAL AÇÃO. PRAZO DECENAL. OBRIGAÇÃO DE EXIBIÇÃO DO CONTRATO AFASTADA. RECURSO PROVIDO. I. Caso em exame 1. Apelação interposta pela ré contra sentença que julgou procedente o pedido formulado pela autora para exibição do contrato de mútuo celebrado entre as partes em 14/03/2002. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em deliberar se há obrigação de exibição do documento indicado na petição inicial. III. Razões de decidir 3. **Dever de guarda e exibição do instrumento contratual que subsiste enquanto não prescrita eventual ação para discussão das suas obrigações.** 4. **Notificação extrajudicial que fora encaminhada pela autora após mais de 20 anos da contratação do empréstimo. Incidência do prazo decenal geral (art.***

205, CC). Prescrição de eventuais pretensões de natureza pessoal. Obrigação de exibição do contrato pela instituição financeira que deve ser afastada. IV. Dispositivo 5. Recurso provido para julgar improcedente o pedido de exibição.” (TJSP; Apelação Cível 1009432-35.2023.8.26.0482; Relator (a): Rosana Santiso; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Foro de Presidente Prudente - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/01/2025; Data de Registro: 13/01/2025)

Assim, transcorrido o prazo prescricional – tanto para ação declaratória de inexigibilidade quanto para ação revisional – conclui-se por descabida a pretensão de exibição do instrumento contratual.

Nem se fale na hipótese de adoção da teoria da *actio nata*, pois as alegações de desconhecimento da dívida são genéricas, desprovidas de indício de verossimilhança.

Pelo contrário, a autora admite sua ciência anterior sobre o débito, *in verbis* (fls. 01):

*“O Requerente tomou ciência de que estava sendo cobrado por **mensagens de texto, contatos telefônicos e plataformas de cobranças de maneira excessiva.** Por isso, reportou-se a empresa, inicialmente credora, a fim de obter mais informações sobre os supostos débitos; contudo, não obteve êxito na*

devolutiva.” (g.n.)

Além disso, a prévia ciência sobre a origem da dívida junto ao BANCO DO BRASIL (cedente) resta evidenciada pelo documento de fls. 29/30.

Em suma, examinadas as peculiaridades do caso em tela, aliadas ao conjunto probatório, **é de rigor a manutenção da r. sentença, ficando ratificados in totum os seus fundamentos**, eis que suficientemente motivada.

Considerando que não houve arbitramento de honorários na r. sentença, deixo de fixar verba honorária recursal.

Observe-se, por fim, que para acesso às instâncias extraordinárias é desnecessária a expressa menção a todos os preceitos legais deduzidos pelas partes, sendo pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais bastando que a questão posta tenha sido decidida”* (ED em RMS nº 18205-SP, rel. Min. Felix Fischer, j. 18/04/2006).

Ao exposto, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANA CATARINA STRAUCH
Relatora
(assinatura eletrônica)